

MOÇÃO

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos nas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo XXX da Lei XXX declara-se favorável ao respeito do Princípio da Precaução e do Princípio da Prevenção no que se refere à problemática de proliferação de hidrelétricas no sistema Bacia do Alto Paraguai/Pantanal, considerando que:

- um total de 44 empreendimentos hidrelétricos já estão em operação e tendo previsão de mais 103 a serem implantados, totalizando 147 barramentos;
- os empreendimentos já em operação, segundo a própria Empresa de Pesquisa Energética - EPE, representam mais de 70% do aproveitamento hidrelétrico da bacia, o que evidencia que a bacia já contribui, portanto, em grande proporção, para a geração de energia hidrelétrica para o país;
- os efeitos conjuntos e sinérgicos desses empreendimentos tem elevado potencial de afetar a conservação do pulso de inundação dos rios formadores do Pantanal e, por conseguinte, do ecossistema pantaneiro propriamente dito, bioma que é considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, Reserva da Biosfera (UNESCO) e que contempla três Sítios Ramsar (Convenção Ramsar) além de um Sítio de Patrimônio Natural da Humanidade (UNESCO);
- os efeitos do barramento indiscriminado dos rios da bacia, por vezes com várias barragens num mesmo rio, podem deflagrar em grave ameaça à conservação da produção pesqueira na região, da qual dependem milhares de famílias de pescadores profissionais e de comunidades e povos tradicionais ribeirinhos para seu sustento, por meio da geração de renda e segurança alimentar pela pesca profissional-artesanal e de subsistência, bem como para a geração de emprego e renda, por meio do turismo de pesca;
- que a alteração da hidrodinâmica dos rios pode afetar ainda a manutenção e fertilização natural das extensas áreas de pastagens nativas que sustentam a pecuária tradicional da região, com cerca de 3 milhões de cabeças;
- que o projeto de Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), embora já tenha sido rejeitado pelo governo brasileiro em 1996, foi incluído nos projetos do PAC2;
- que além disso dos impactos das centenas de hidrelétricas e da HPP, há vários outros impactos que colocam a Bacia do Alto Paraguai em estado crítico de conservação dos seus serviços ecossistêmicos, como: a pretensão dos produtores para a expansão da monocultura de soja na planície pantaneira; a pecuária e o cultivo de cana-de-açúcar, soja, milho e algodão nas áreas do planalto adjacente, em sua grande maioria sem seguir as boas práticas agrícolas, resultando em elevado índice de desmatamento (entre 50 e 80% das áreas de cabeceiras dos rios formadores do Pantanal), resultando em processos erosivos significativos e no assoreamento dos rios formadores; o aumento da supressão da cobertura vegetal nativa na planície pela expansão da pecuária industrial.

Considerando, ainda, que:

- a influência negativa e sinérgica que o conjunto de todos esses impactos ameaçam a sustentabilidade social e econômica das atividades econômicas tradicionais do Pantanal, que dependem da sua saúde ambiental, afetam, por conseguinte, os modos de vida e a cultura pantaneira;

- O Secretariado da Convenção Ramsar já se posicionou preocupado com a conservação dos processos ecológicos que regem os rios que alimentam os Sítios Ramsar no Pantanal e, como resposta, o Ministério do Meio Ambiente informou que a realização do Plano de Bacia Hidrográfica do Paraguai pela ANA, decidida neste Conselho pela Resolução xxx de dezembro de 2013, como a ação do governo brasileiro para conservar os Sítios e minimizar os impactos na região, em especial os advindos pela proliferação de barramentos, uma vez que serão avaliados em nível de bacia hidrográfica.

RESOLVE

ENCAMINHAR MOCAO AOS GOVERNOS DOS ESTADOS DO MT E MS Solicitando a suspensão dos licenciamentos de empreendimentos hidrelétricos na região, as ações para a implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná, bem como a liberação de áreas para supressão da vegetação nativa e ampliação das áreas de monocultivo na bacia do Alto Paraguai, em especial do cultivo de soja e cana de açúcar na planície, até que o referido Plano de Bacia seja devidamente finalizado e aprovado.

O governo brasileiro e a sociedade civil, por meio deste Conselho, apoia a necessidade premente da manutenção do Princípio de Usos Múltiplos na bacia do Alto Paraguai e a conservação dos processos ecológicos que regem o funcionamento dos ecossistemas, previstos, respectivamente, no artigo 3 inciso 3a Lei Lei 9.433/97) e na Constituição Federal (Artigo 225), bem como os princípios da Convenção Ramsar, para o bem do Pantanal e da sociedade pantaneira.